

Lutas de classes, inflação e estabilização: uma abordagem sócio-política do caso brasileiro

José Marcos Nayme Novelli¹

Toda a história do passado prova que cada vez que se produz uma dessas desvalorizações da moeda os capitalistas apressam-se a aproveitar a ocasião para enganar os operários².

Na década de 1970, as sociedades capitalistas avançadas experimentaram um período de inflação alta. A taxa média anual de inflação das “economias avançadas” passou de 4,0% (1961-70) para 10,8% (1971-80)³, ou seja, mais do que dobrou em uma década, e permaneceu elevada no período seguinte, mormente entre 1981-85, perfazendo 8,1% ao longo de toda a década (1981-90).

Este aumento da taxa de inflação desencadeou um interessante debate – que buscava explicar as causas da inflação e da sua subida na década de 1970⁴ –, sobretudo

1 Doutorando em Ciências Sociais na UNICAMP.

2 Karl Marx, *Salário, preço e lucro*, 5a ed. São Paulo, Global, 1987, p. 72.

3 International Monetary Fund, *The World Economic Outlook (WEO), Fiscal Policy and Macroeconomic Stability*, may 2001, p. 119.

4 Além de contar com um tradicional campo de pesquisa marxista, o Reino Unido foi também bastante atingido pela elevação da taxa anual de inflação, que passou de 9,5% (1971) para 24,3% (1975). International Monetary Fund, *The World Economic Outlook (WEO) Database*, apr. 2003 (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2003/01/data/index.htm>).

entre os economistas britânicos nas páginas de *Marxism Today*, cujos principais argumentos foram resenhados por Harvey⁵ e apresentados na forma de seis grandes teorias marxistas da inflação: *a do conflito*; *as do gasto estatal*; *a monetarista*; *a monopolista*; *a abordagem empírica*; e *as fundamentalistas*.

Para a teoria do conflito, após a Segunda Guerra Mundial, com o pleno emprego, houve uma mudança significativa no capitalismo em favor do trabalho. Essa mudança resultou em um maior poder de barganha dos sindicatos, que passaram a conquistar aumentos reais de salário superiores aos ganhos de produtividade. A reação dos capitalistas foi elevar os preços de forma a manter sua lucratividade, o que foi facilitado pela existência de monopólios. Portanto, “a causa fundamental da inflação é a luta entre capital e trabalho por uma maior parte da riqueza disponível”⁶.

As teorias do gasto estatal defendem que o Estado, para fazer face aos seus dispêndios, emite moeda ou empresta do sistema bancário (o que acaba criando moeda), resultando em inflação. Essa tese é bastante próxima à da teoria monetarista, a qual sustenta que a inflação decorre do aumento excessivo da oferta monetária. A teoria monopolista afirma que as condições de monopólio presentes na indústria britânica permitem que as empresas elevem seus preços livremente. Harvey critica essas três teorias da mesma maneira: não são a causa da inflação, mas seu resultado. O aumento da oferta da moeda é um mecanismo de transmissão da inflação e não a causa; o gasto estatal não gera inflação, se financiado com impostos ou por empréstimos junto ao público e, portanto, sem emissão monetária – mas aumenta a pressão sobre a riqueza; e a existência de oligopólios (e não de monopólios), na verdade, não provoca inflação, mas permite que as demandas por aumentos salariais sejam repassadas aos preços.

Segundo a abordagem empírica, há quatro fatores que afetam os custos de bens e serviços: salários, lucros, preço dos materiais importados e impostos indiretos. A inflação seria resultado do aumento dos impostos indiretos, dos lucros das empresas de petróleo e da desvalorização da libra, que tornou os preços importados mais altos. Essa visão é adotada pelo Partido Comunista, pelo *Morning Star*, pela ala esquerda do

5 James Harvey, *Theories of Inflation*, *Marxism Today*, jan. 1977, p. 24-9.

6 *Idem*, p. 24. Harvey se baseia no artigo de Pat Devine, *Inflation and Marxist Theory*, publicado em *Marxism Today* em março de 1974. Devine afirma ainda que o Estado também passou a disputar a riqueza existente para fazer frente ao gasto social e militar, bem como fornecer subsídios ao capital. Além disso, a riqueza de um país é determinada pelo comércio internacional e qualquer alteração nos termos de troca influencia a luta doméstica sobre a renda.

movimento sindical e teria como objetivo rebater a propaganda capitalista que responsabiliza os aumentos salariais pela elevação da inflação. Para Harvey, o problema desta abordagem é o seu completo silêncio sobre o salário, cujo aumento produz efeitos nos preços como os outros três elementos.

As teorias fundamentalistas se caracterizam por buscar nas obras de Marx (principalmente *O Capital*) a explicação para as causas da inflação. O problema aqui, para Harvey, é a maneira que Marx trata o dinheiro, qual seja, uma mercadoria-dinheiro como o ouro, que possui determinado valor. Na atual economia capitalista, o ouro não possui a mesma função, portanto, o dinheiro não seria mais uma mercadoria-dinheiro.

A tese de Pat Devine conquistou adeptos. Ian Gough aceita a tese de que a causa da inflação é o conflito estrutural entre capital e trabalho e que tanto o crescimento do poder do movimento sindical, quanto o aumento do gasto estatal explicam a aceleração da inflação no final da década de 1960. As corporações dos países pertencentes à OCDE não só reduziram a sua participação no pagamento de impostos entre 1955 e 1969, como receberam um aumento da ajuda estatal. O aumento do gasto estatal foi financiado com impostos diretos e indiretos pagos pela classe trabalhadora. É essa elevação da ajuda estatal às empresas que vai gerar a inflação, pois a relação de forças entre as classes não permitiu nem um aumento dos impostos dos salários, nem sobre bens e serviços, o que levou ao endividamento do Estado e ao rápido crescimento do déficit do setor público⁷.

Em resumo, a teoria marxista do conflito sustenta que a inflação tem origem nas lutas de classe, mais precisamente, na luta pela distribuição da renda (conflito distributivo). Uma outra abordagem marxista defende que a inflação tem suas raízes no processo de acumulação de capital⁸ e que o “Estado pode incrementar deliberadamente a inflação como meio conveniente de lidar com problemas que ele é incapaz de resolver, ou que não deseja solucionar de maneira mais fundamental”⁹. Como forma de evitar a queda da taxa de lucro (e uma crise), o Estado adota políticas monetária e fiscal expansionistas, que permitem a elevação dos preços pelas empresas e a transferência do aumento dos custos para os consumidores. O problema é que o Estado não

7 Ian Gough, *State Expenditure in Advanced Capitalism*, *New Left Review*, jul./aug. 1975, p. 53-92.

8 Cf. Andrew Gamble & Paul Walton, *Capitalism in Crisis: Inflation and the State*, London, Macmillan Press, 1976.

9 Bob Rowthorn, *Inflação e crise*, In: *Capitalismo, conflito e inflação: ensaios de Economia Política*, Zahar, Rio de Janeiro, 1982, p. 120.

consegue controlar a subida de preços e, em algum momento, a inflação pode disparar, obrigando-no a implementar políticas monetária e fiscal contracionistas, o que resultará na queda do lucro e do investimento e em crise.

O trabalho de James O'Connor vai na mesma direção. O Estado capitalista tem duas funções: manter ou criar condições para uma lucrativa *acumulação* de capital e manter ou criar condições para a existência de uma harmonia social (*legitimação*). “A socialização dos custos e a apropriação privada dos lucros geram uma crise fiscal ou uma ‘brecha estrutural’ entre as despesas do Estado e suas rendas. O resultado é uma tendência para as despesas públicas crescerem mais rapidamente do que os meios de financiá-las”¹⁰, o que pode levar à inflação.

Em resumo, para o que chamo de teoria da acumulação e da crise, a inflação é resultado do processo de acumulação de capital. O conflito distributivo é consequência desse processo e não a causa. Para o sociólogo ou cientista político interessado nas relações de poder na sociedade, que pretende analisar os processos inflacionários e de estabilização monetária, a teoria do conflito distributivo é o melhor caminho, visto que o conflito está na base das relações entre as classes sociais, como afirmaram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Alguns economistas brasileiros, que em algum dia defenderam a validade da teoria do conflito, tentam desqualificá-la a partir de uma constatação: “conflito distributivo sempre existe no capitalismo, em qualquer lugar. E por que na Alemanha se tem conflito distributivo e não se tem inflação?”¹¹. Porque o corporativismo na Alemanha permitiu alcançar, por exemplo, os objetivos das políticas keynesianas através de um processo mais consensual¹². Uma hipótese não tautológica seria defender que um dos resultados do conflito distributivo, numa dada conjuntura histórica de uma dada sociedade (e de um certo arranjo institucional), pode ser inflação.

As causas sociais e políticas da inflação também devem ser buscadas nas coalizões

10 James O'Connor, *USA: a crise do Estado capitalista*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

11 André Lara Resende, *Conversas com economistas brasileiros*, Ciro Biderman et al, São Paulo, Editora 34, 1996, p. 307. “Parece-me que ela [a teoria do conflito distributivo] é simplesmente vazia, quase tautológica, tudo se encaixa no conceito de conflito distributivo e, portanto, seu poder explicativo é baixo.” idem, p. 307.

12 Como a distribuição de renda é menos concentrada nas sociedades capitalistas avançadas, o conflito ocorre pelo acréscimo da riqueza gerada, enquanto nos países em desenvolvimento, onde há concentração de renda, o conflito é pela própria divisão da riqueza. Dudley Jackson et al, *Do Trade Unions Cause Inflation?*, 2a ed. Cambridge, Cambridge U. P., 1975, p. 37.

(“configurações de interesses e alinhamentos dos grupos”) que se formam na sociedade. A inflação pode até ter sido detonada por um fator exógeno (como, por exemplo, a guerra ou o aumento do preço do petróleo), mas são as coalizões que determinam a sua extensão e a sua duração.

As coalizões variam de acordo com o seu grau de formalização e de visibilidade, podendo ter: alta visibilidade e formalização (“coalizões formais públicas”); alta visibilidade e baixa formalização (“coalizões informais públicas”); baixa visibilidade e alta formalização (“coalizões formais reservadas”); e baixa visibilidade e formalização (“coalizões informais implícitas”)¹³. É esta última que caracteriza as *coalizões inflacionárias*, pois “resultam da coordenação no tempo e no espaço, freqüentemente involuntária, de ações que isoladamente teriam pequeno impacto macroeconômico, mas quando articuladas e cumulativas provocam ou realimentam a inflação”¹⁴.

Aceito a premissa segundo a qual é difícil imaginar as pessoas estabelecendo acordos formais e informais para produzir inflação. Mas, o oposto – a necessidade de entabular acordos visíveis, formais ou não – parece condição indispensável para conquistar a estabilidade monetária. Talvez fosse melhor adotar a hipótese de que a *coalizão estabilizadora* apresenta sempre um alto grau de visibilidade, baseado sempre no seu compromisso inequívoco com a estabilização mas, de acordo com a situação concreta, sua formalização, as medidas efetivas a serem tomadas para atingir a estabilização, pode ser alta ou baixa. Outro fator importante é a desarticulação da coalizão inflacionária para a constituição da coalizão estabilizadora.

O processo inflacionário brasileiro da década de 1980 e a estabilização monetária obtida com o Plano Real serão analisados a partir desta perspectiva: conflito e coalizão. O que permitiu o êxito e cimentou a coalizão inflacionária no Brasil foi, principalmente, a indexação pois, de um lado, diminuiu as perdas, o desconforto, a insegurança e a incerteza típicas dos processos inflacionários e, de outro, garantiu um mínimo de previsibilidade para os agentes sociais. Nos anos 1980, o conflito social se aguçou com a gênese do “novo sindicalismo” e a aceleração da inflação sepultou qualquer papel duradouro e funcional exercido pela própria inflação no crescimento da economia brasileira.

13 Sérgio Abranches, *A Sociologia Política da Inflação*, In: *Na corda bamba: doze estudos sobre a cultura da inflação*, José Ribas Vieira et al (orgs.), Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993, p. 70 (Quadro 1).

14 Idem, p. 72.

Duas ações do Estado foram de fundamental importância para a desarticulação da coalizão inflacionária: do lado do empresariado, a abertura comercial colocou as empresas e seus produtos nacionais em competição com os importados, o que acabou por impedir o repasse e a elevação dos preços. Do lado dos trabalhadores organizados, a dureza com que a greve dos petroleiros foi combatida (participação do Exército) e o rigor das penalidades que foram impostas ao sindicato sinalizaram um novo padrão de ação governamental no tratamento das reivindicações dos primeiros (não há negociação para reposição da inflação, nem indexação salarial).

A constituição da coalizão estabilizadora compreendeu o conjunto da classe dominante, mesmo aquelas frações expostas à competição internacional, que aderiram à nova ordem neoliberal. Mas, certamente, essa coalizão não teria se viabilizado eleitoralmente se não contasse com o apoio daqueles que se beneficiaram com o fim do imposto inflacionário (os mais pobres) e a sobrevalorização cambial (os mais pobres e a classe média).